



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 80.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 22 de setembro de 2011, às 09:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Luciano Junqueira Melo, Presidente Suplente da URC Alto São
2 Francisco; Deivid Lucas de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da
4 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
5 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Marcelo Ferreira Guimarães, representante
6 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
7 IBAMA; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho Regional de
8 Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA; Wellington Dias
9 Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
10 Abastecimento – SEAPA; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho Municipal
11 de Meio Ambiente – Codema – Pains; Mauro Ferreira Ellovitch, representante
12 Ministério Público; Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia Três
13 Marias; Marcos Antônio Vilela, representante Grupo Ar; Rodrigo César Silva,
14 representante da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG; Edécio José Cançado
15 Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
16 – FAEMG; Francisco de Assis Braga, representante Associação Brasileira de
17 Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Maria do Carmo Ramos Siqueira,
18 representante Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais –
19 FETAEMG. A reunião foi presidida pelo Superintendente Regional de Regularização
20 Ambiental do Sul de Minas, Luciano Junqueira Melo. **Item 1 - Execução do Hino
21 Nacional Brasileiro.** Após a execução do Hino Nacional passou para o item 3 da pauta.
22 - **Item 3. Comunicado dos Conselheiros.** – Marcelo Guimarães – Representante
23 IBAMA – Manifestou a solidariedade dele ao movimento dos funcionários da
24 SUPRAM Alto São Francisco. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
25 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Também se solidarizou com os
26 funcionários da SUPRAM-ASF. Convidou os conselheiros para a plenária do Comitê da
27 Bacia Hidrográfica do Rio Pará que acontecerá no dia 04 de outubro no auditório do
28 SEST/SENAT. *“Nós vamos discutir a cobrança pelo uso da água. Inclusive o*
29 *cronograma executivo e implementação da cobrança. Também vai ser apresentada e*
30 *aprovada a composição das câmaras para os técnicos do Comitê que foram renovadas*
31 *e algumas foram criadas recentemente. Eu gostaria também de colocar uma posição*
32 *minha. Eu tive o trabalho e faço isso com o maior prazer de ler com carinho a ata da*
33 *reunião que eu não pude comparecer na reunião passada. Houve uma pequena*
34 *polêmica sobre visitas a empresa. Eu acho que, a minha opinião pessoal que você está*
35 *na empresa a visão é outra. Independente dos motivos do convite para ir lá ou da*
36 *programação da visita que é feita. Realmente, in loco e houve um avanço enorme na*
37 *área ambiental do Estado a partir da regionalização da criação as SUPRAM's,*



38 regionalização da SEMAD e também da criação dos COPAM's regionais. Por que?
39 Porque esses órgãos estão próximos, estão presentes nos empreendimentos. Eu acho
40 que visitar não faz mal nenhum. Só pode vir para o bem." – Mauro da Fonseca
41 Ellovitch – Representante Ministério Público – Também se solidarizou com o
42 movimento dos funcionários do SISEMA. – Wellington Silveira – Representante
43 SEAPA – Manifestou o seu apoio às reivindicações dos funcionários da SUPRAM. –
44 Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Também se
45 solidarizou com o movimento dos funcionários e solicitou fazer uma observação sobre a
46 última reunião. "Gostaria de registrar aqui também que na outra reunião eu não deixei
47 registrado. Foi a minha estranheza da presidente da última sessão que ao empatar aqui
48 a eleição, ela como voto minerva, votou contra o parecer dos próprios colegas da
49 Secretaria, o que demonstra que não tem muita unanimidade. Eu questionei isso hoje e
50 me falaram que não, que ela é comissionada, então está certo." – Edécio Ferreira –
51 Representante FAEMG – Manifestou seu apoio ao movimento e comentou sobre a
52 posição do Governo do Estado e sugeriu a suspensão da reunião. "Acho que nós, nesse
53 conselho, temos uma forma, mesmo respeitando todos os empreendedores aqui
54 presentes, todos os processos, mas eu acho que nós deveríamos demonstrar ao Governo
55 do Estado, a Secretaria a nossa insatisfação pela forma que a coisa está sendo
56 conduzida. Os funcionários, no mínimo, deveriam ter uma posição clara por parte do
57 Estado. Ah não tem como atendê-los por isso, por isso e isso, vão atender dentro de um
58 ano, um ano e 10, dentro de 20, dentro de 30, que seja, mas numa posição clara. Eu
59 sugeriria que fosse colocada sobre apreciação a possibilidade de nós suspendermos
60 essa sessão. – Marcos Veloso – Representante CREA – Manifestou apoio ao
61 movimento dos funcionários da SUPRAM e demais funcionários do estado. – Deivid
62 Lucas de Oliveira – Representante FIEMG – Manifestou apoio ao pessoal da SUPRAM,
63 mas discordou da proposta de suspensão da reunião. "Em razão de que a pauta hoje
64 está curta, nós sabemos que os processos que foram pautados é porque a SUPRAM tem
65 condição de defendê-los aqui. Eu apoio a SUPRAM na questão do manifesto, mas não
66 vejo razão de cancelar a reunião por esse motivo." – Camilo de Lélis André Melo –
67 Representante FEDERAMINAS – Sugeriu que fosse colocado em votação e que os
68 conselheiros manifestassem sobre a suspensão ou não da reunião. – Mauro da Fonseca
69 Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou que fosse ouvida a equipe
70 técnica. "Eu penso, se alguns dos servidores que estão aqui contra a vontade, eles têm
71 condições de fazer moralmente uma defesa de um parecer? De prestar uma informação
72 técnica qualificada que vá nos subsidiar? Eu não vejo como nós realizamos uma
73 situação, uma reunião nesse clima de desconforto. Sem questionar, em nenhum
74 momento, a questão de capacidade técnica. Eu tenho certeza que se a SUPRAM optou
75 por pautar é porque teria condição de sustentar. Agora, eu penso a questão moral,
76 ética de nós continuarmos numa reunião. Por isso, senhor presidente, se o senhor
77 permitir eu gostaria de ouvir o que eles têm a dizer." – Roberto Soares Nogueira –
78 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Salientou que
79 ao mesmo tempo em que estariam apoiando o movimento suspendendo a reunião,
80 estariam, também, prejudicando terceiros. – Francisco de Assis Braga – Representante
81 ABES – Manifestou solidariedade ao movimento dos funcionários públicos do Meio
82 Ambiente em nome da ABES. – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Também
83 demonstrou solidariedade do Grupo AR em relação ao movimento dos funcionários da
84 SUPRAM por saber da precariedade nas atividades que a equipe técnica está
85 convivendo. – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Fez um comunicado a



86 pedido do conselheiro Lessandro Gabriel: “*Eu estou com um convite do Comitê de*
87 *Bacias Hidrográficas do Alto São Francisco. Eu vou até fazer a leitura do convite a*
88 *pedido do Lessandro Gabriel que é presidente do Comitê e conselheiro aqui nessa*
89 *Unidade Regional, mas por motivos de tratamento de saúde ele não pôde estar presente*
90 *e pediu para nós transferirmos o recado. O Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto*
91 *São Francisco, a Associação Executiva de Apoio a Gestão de Bacias Hidrográficas*
92 *Peixe Vivo, AGB Peixe Vivo e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, IGAM tem o*
93 *prazer de cumprimentá-los e convidá-los para participarem da posse dos membros do*
94 *CBHSF1 a ser realizada no dia 21 de outubro de 2011, às 9 horas e 30 minutos no*
95 *auditório do Centro Cultural, localizado na rua José Bernardes Lobato, 105, Lagoa da*
96 *Prata, Minas Gerais. A pauta é: Item 1. Pronunciamento do Secretário de Estado do*
97 *Meio Ambiente Sustentável, Dr. Adriano Magalhães Chaves e posse dos membros*
98 *CBHSF1. Mandato 2011 a 2013. Apresentação do CBH Alto São Francisco e da AGB*
99 *Peixe Vivo. Apresentação das Câmaras técnicas. Assuntos diversos e encerramento.*
100 *Pede também para confirmar presença ou justificar a ausência por meio dos telefones*
101 *37 3261-9727 ou 9967-4310 com Alice ou pelo e-mail cbhsf1@yahoo.com.br.*
102 *Atenciosamente, Lessandro Gabriel da Costa Presidente.” Manifestou apoio ao*
103 *movimento dos funcionários da SUPRAM e comentou que o Governo do Estado*
104 *deveria resolver essa situação o mais rápido possível e remunerar com salários dignos*
105 *todos os técnicos do meio ambiente. Em seguida foi dada a palavra ao pessoal da equipe*
106 *da SUPRAM. – Sônia - SUPRAM – ASF – “Bom dia! Bom dia, conselheiros! Bom dia*
107 *Presidente! Bom dia o público em geral. Bom dia colegas de trabalho! Bom dia*
108 *diretoria que não tivemos a oportunidade de cumprimentar hoje. Nós estamos aqui*
109 *para, eu vou fazer um breve relato da nossa situação, da nossa caminhada. Depois será*
110 *lido um memorando do Secretário para vocês terem conhecimento da resposta dada até*
111 *agora ao nosso movimento. Prezados conselheiros, como forma de mantê-los*
112 *informados sobre o momento atual vivido pelos servidores públicos estaduais das*
113 *carreiras de Meio Ambiente e em sinal de respeito ao apoio recebido em todas as*
114 *reuniões das Unidades Regionais Colegiadas do Estado de Minas Gerais vimos*
115 *reportar aos senhores presentes os últimos acontecimentos ocorridos e as decisões*
116 *tomadas em Assembleia Geral. Conforme já destacado em manifestos anteriores, foi*
117 *protocolizado em 26/08/2011 no Gabinete do Secretário de Estado de Meio Ambiente e*
118 *Desenvolvimento Sustentável, senhor Adriano Magalhães Chaves a pauta de*
119 *reivindicações votada e aprovada em Assembleia Geral. Seguindo os ritos legais que*
120 *envolvem toda a negociação. Estipulou-se o prazo de 5 dias para que fosse apresentada*
121 *uma resposta, com atendimento ou não a cada um dos itens listados. Em 30/08/2011, a*
122 *ASSEMA e a ASSIVERDE, nossas representantes, receberam a resposta do senhor*
123 *Secretário que foi colocada para discussão na nova Assembleia Geral em 05/07, em*
124 *05/09/2011. Diante das respostas evasivas e pouco objetivas apresentadas, a*
125 *Assembleia Geral deliberou com unanimidade por um estado de greve que se traduz em*
126 *operação padrão a partir do dia 09/09/2011 e uma possível greve a partir do dia*
127 *19/09/2011. No entanto, nem a Assembleia ocorrida em 16/09/2011, pautados na*
128 *manifestação do senhor Secretário de que as negociações por parte do Governo*
129 *continuavam abertas, decidimos continuar em nossa operação padrão o que significa*
130 *não trabalhar em atos autorizativos até o atendimento das nossas reivindicações. Nesse*
131 *sentido, deixamos aqui o nosso apelo de apoio e solidariedade por parte desse*
132 *respeitável conselho. Na oportunidade, informamos que nem todos os pareceres que*
133 *subsidiarão vocês nos julgamentos dos processos foram assinados pelas equipes de*



134 análise que procederam vistorias. Nossa luta continua com o fim de obtermos o
135 reconhecimento pelo nosso esforço ante o desafio de grande demanda de processos de
136 regularização ambiental. Inclusive, em razão de integração ocorrida, IEF, IGAM e
137 SUPRAM. Assim sendo, pedimos licença a todos para nos retirar dessa reunião em
138 sinal de protestos as ameaças ora sofridas. Agradecemos imensamente o amplo e
139 valoroso apoio. No mais, continuamos em nossas ações e reivindicações. Servidores
140 Públicos Estaduais das Carreiras de Meio Ambiente. Obrigada.” – Silvestre –
141 SUPRAM ASF – Fez a leitura de um memorando que foi encaminhado para os
142 funcionários do SISEMA. “Eu queria deixar bem claro que na reunião do SEBRAE o
143 Secretário chamou de diretrizes. Memorando. Governo do Estado de Minas Gerais.
144 Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Memorando circular.
145 Gabinete do Secretário 143/2011. Belo Horizonte. 08 de setembro de 2011. Prezadas
146 chefias imediatas. Em razão da eminência de greve, o SISEMA informa a vossas
147 senhorias que não poderão aderir a greve os ocupantes de cargos em comissão, os
148 contratados, contrato administrativo e empregados públicos da MGS. Em caso de falta
149 ao trabalho para visar a greve será adotada uma medida legal cabível a cada caso. Os
150 ocupantes de cargo de provimento e comissão serão exonerados. Os contratados
151 administrativos extintos. Vou repetir. Os contratados administrativos extintos por
152 descumprimento contratual. Os empregados públicos da MGS serão devolvidos aquela
153 empresa. Em razão da inexistência de vínculo empregatício com o SISEMA. Nesse
154 último, o vínculo contratual é com a MGS, sendo a prestação de serviços decorrente de
155 contrato entre SEMAD e MGS. Não serão abonadas as faltas do servidor nos dias de
156 greve e vale lembrar, que o servidor que se encontra em estágio probatório não poderá
157 exercer o limite de 5% de faltas em cada etapa da avaliação especial de desempenho
158 sobre pena de exoneração por frequência. Atenciosamente, Adriano Magalhães
159 Chaves, Secretário de Estado. Eu só queria fazer um comentário. Nós somos 3 técnicos
160 efetivos, Daniela, eu e Roberto. O José Jorge do IGAM e a Sônia do Jurídico. Só isso
161 que eu queria comentar. Obrigado.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante
162 FEDERAMINAS – Ressaltou que diante do posicionamento da Dra. Sônia que, na
163 opinião dele, não teria condições de se realizar a reunião em apoio à SUPRAM. “Eu
164 acho que não tem o que discutir não. Tem que paralisar e pronto. Dar os parabéns a
165 turma da SUPRAM que está encarando essa greve. Estão pondo a cara a tapa. Isso que
166 é importante.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Informou aos conselheiros
167 que compete ao presidente da mesa cancelar ou suspender a reunião e que a reunião iria
168 ter continuidade independente do quorum e solicitou que fosse ouvida a assessoria
169 jurídica da SUPRAM e posteriormente a Superintendente. – Daniela – SUPRAM ASF –
170 “Bom dia a todos! Posto o que nós ouvimos aqui eu queria manifestar sobre algumas
171 situações. A primeira delas, eu queria deixar claro. O Deivid disse aqui que caso não
172 houvesse reunião que nós da direção seríamos punidos de alguma forma. Isso não é
173 uma verdade. Se não houver a reunião, de forma alguma seremos punidos. Na verdade,
174 qualquer greve, estado de greve, movimento grevista tem um funcionamento único por
175 Lei. Não houve a adesão de 100% dos funcionários da SUPRAM. Os senhores têm o
176 conhecimento das nossas pautas mensais. Sabem que as pautas são longas e essa, como
177 os senhores mesmos puderam ver, ela foi reduzida justamente por causa do movimento,
178 mas quem esteve na SUPRAM, quem continua trabalhando, se os processos foram
179 trazidos para cá nessa condição é porque de alguma forma alguém da SUPRAM teria
180 condição de responder por eles. A outra questão que eu chamo atenção dos senhores é
181 sobre ou greve ou movimento de greve que se diga. Na verdade, os servidores não estão



182 em greve, eles mesmos falaram em manifesto. Eles estão em operação padrão. Eles têm
183 uma série de atos que eles não praticam como atos autorizativos. Porém, não existe
184 mesmo a greve. E a terceira questão é que não tem realmente ninguém coagido ou
185 coibido a responder nada de algum processo aqui hoje não. Por essa razão, tem um
186 procedimento interno na SUPRAM, antes dos processos serem pautados, onde eu, que
187 sou a chefe do jurídico, a Paula que é diretora técnica e a nossa rotina, até mesmo a
188 Aline que é a nossa superintendente, nós lemos todos os pareceres, fazemos as
189 correções, antes que esses pareceres sejam colocados em site da SEMAD. Nós
190 acompanhamos isso tudo. Nós lemos. Enfim, nós estamos aqui e podemos respondê-los.
191 Se eventualmente algum deles não puder ser respondido por nós, não há nenhum
192 problema de baixa em diligência desse processo específico. O quarto ponto em relação
193 ao que foi dito aqui sobre assinaturas dos pareceres. Eu queria registrar que a
194 assinatura. Essa pauta, a data dela foi até o dia 08 de setembro. Como foi dito aqui, o
195 movimento, essa operação padrão deles foi aprovada e começou no dia 09. Os
196 processos que foram incluídos nessa pauta, existiu uma análise deles por alguns
197 técnicos e alguns contratados, porque ainda não existia uma lícita aprovada operação
198 padrão. Como eles dizem ao registrar aqui, a partir do dia 09. Eles foram efetivamente
199 analisados e as assinaturas não se deram em razão do movimento grevista. Houve na
200 verdade, um questionamento do CREA sobre a ART para assinar parecer. Para
201 resguardar os técnicos, nós combinamos que eles não assinariam os pareceres, os que
202 eram vinculados ao CREA, até que houvesse uma resposta definitiva da SEMAD, mas
203 quem não está vinculado ao CREA assinou os pareceres sim. Eu e a Paula assinamos
204 todos esses pareceres e mais alguns servidores. No caso, tem uma servidora que não
205 aderiu que também assinou. Eu lembro ainda que todos eles têm data anterior a
206 operação padrão, ou seja, mesmo o servidor não vinculado ao CREA que quisesse
207 assinar pode fazer isso a todo momento. A operação não existia e o ato era anterior. Eu
208 estou colocando isso tudo para os senhores por que? De forma alguma nós queremos
209 resistir. Nós respeitamos o movimento grevista sim, porém, o mínimo que se encontra
210 em trabalho na SUPRAM nós temos condição de responder vocês. Existem terceiros
211 nessa relação que são as empresas e os empreendedores. Se o movimento continuar
212 provavelmente haverá um prejuízo que as pautas continuarão pequenas e isso já é um
213 prejuízo em si, mas o empreendedor que precisa da licença também. Nós temos
214 condição de responder por esses processos sim. Se nós não conseguirmos responder, os
215 senhores fiquem a vontade para baixar em diligência, para pedir vistas. É uma decisão
216 muito pessoal de cada um mesmo, por apoiar ou não. Eu digo que nós não estamos
217 falando na condição simplesmente de dirigente que de repente tem medo de alguma
218 retaliação. Nós estamos falando porque realmente todos os meses nós acompanhamos
219 esses pareceres. Nós lemos. Nós avaliamos. Acho que nenhum técnico é obrigado a vir
220 e responder. Os senhores acham, os senhores disseram aqui que alguns deles podem se
221 sentir coagido pela situação. Ninguém pode pedir que um deles venha até aqui. Nós
222 assumimos essa responsabilidade, porque ela é acima de tudo nossa. No mais é isso. Eu
223 tenho aqui atos. Eu posso ler para os senhores sobre convalidação de assinatura. É
224 possível que esta chefia convalide o parecer não assinado. Em nenhum dos pareceres
225 tem qualquer irregularidade em relação às assinaturas.” – Luciano Junqueira –
226 Presidente da URC – Informou aos conselheiros que é sempre prerrogativa do
227 presidente do conselho permanecer ou não com a reunião e que a reunião iria continuar
228 e explicou sobre a votação. “O conselheiro representante da SEMAD fará a votação
229 acompanhados pelos conselheiros da SUPRAM. Conselheiros, quero lembrar a todos,



230 eu sou servidor de carreira do Estado de Minas Gerais. Sou servidor da Secretaria de
231 Meio Ambiente. Os interesses deles são os mesmos que os meus, mas entendo que a não
232 realização da reunião pode prejudicar, inclusive os próprios servidores. Prejudicar por
233 quê? O serviço vai ser acumulado. Vai prejudicar os empreendedores. Existem outras
234 formas de manifestar.” – Capitão Rodrigo – Representante PMMG – Manifestou apoio
235 ao movimento dos funcionários mas era contrário a suspensão da reunião. – Luciano
236 Junqueira – Presidente da URC – Não havendo mais manifestação o presidente deu
237 sequência à 80ª Reunião Ordinária da URC COPAM Alto São Francisco. – Daniela –
238 SUPRAM ASF – “Eu gostaria de avisá-los sobre a ocorrência da audiência pública
239 que aconteceu em Pains na segunda-feira dia 19 de setembro. Mais uma vez, assim
240 como a visita pela Mineração Saldanha, ocorreu tudo bem. Os debates foram em alto
241 nível e também tudo que for transcrito para a audiência vai compor os atos
242 processuais. Gostaria também, em nome da SUPRAM, agradecer ao conselheiro
243 Dirceu. Na última reunião da URC, logo após a reunião, nós fizemos uma viagem para
244 Capitólio. Nós fomos convidados por eles já havíamos sido convidados algumas vezes
245 para conhecer a região dos quênions. Parece que a Prefeitura de Capitólio tem a
246 intenção de criar uma Unidade de Conservação no local. Foi muito agradável. Foi um
247 passeio que nós gostamos. Foi um dos raros momentos que nós, equipe da SUPRAM
248 não, porque nós trabalhamos sem conhecer bem a nossa região. Em nome da equipe da
249 SUPRAM, nós agradecemos ao conselheiro Dirceu. Realmente foi muito proveitoso
250 para nós. Gostaria também de avisá-los que a Flávia, que era nossa Diretora
251 Operacional se transferiu para Belo Horizonte. Vai trabalhar na equipe do SISEMA
252 NET agora e nós temos uma nova Diretora Operacional que é a Adrimara. Eu gostaria
253 que ela se levantasse para que todos conhecessem. Ela foi muito bem vinda na
254 SUPRAM. Ela já foi estagiária. Trabalhou muito na época da editoria. Contribuiu
255 muito para a SUPRAM e nós contamos muito com ela agora no momento em que nós
256 atravessamos também, não é fácil. Não é Adrimara? Ela que vai ter esse contato com
257 os senhores sempre para as reuniões da URC juntamente com a Fernanda, que está ali
258 e com o Vagner. A Sara, muito provavelmente, os senhores têm acompanhado ela
259 ligando para vocês. Vai casar, não é Sara, no próximo dia 02 de outubro e talvez vá
260 para Belo Horizonte. Os contatos da SUPRAM com os senhores vão se realizar através
261 da Adrimara, da Fernanda e do Vagner. Finalizando, eu gostaria de comunicar aos
262 senhores sobre a ocorrência entre os dias 31 de agosto a 02 de setembro desse ano da
263 migração dos atos autorizativos do SISEMA na nossa regional. Desde 20 de janeiro foi
264 publicada a Lei Delegada 182 que reestruturou todos os órgãos da administração
265 pública Estadual e também a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Foi criada agora,
266 a Sub Secretaria de Fiscalização Ambiental Integrada que compõe os órgãos do
267 SISEMA e nós, das SUPRAM’s que fazíamos a regularização assumimos mais funções.
268 Agora, toda a regularização dos núcleos do IEF foram migrados para a SUPRAM.
269 Agora, sobre a subordinação responsabilidade enfim, passiva, nos foi tudo passado. Na
270 nossa regional aqui nós assumimos os núcleos de Oliveira, Arcos, Pará de Minas e
271 Pompéu. Cada um com o número xis de passivos que totalizam cerca de 5 mil processos
272 que nós vamos ter que dar conta deles. Em contra partida, eu queria deixar, divulgar
273 aqui para os senhores e contar com uma ajuda, um pedido. Esse pedido é em especial
274 ao Dr. Mauro que nos ajude com a questão da fiscalização agora. A SUPRAM recebe
275 várias e várias denúncias do Ministério Público e os demais órgãos de apoio, para que
276 fiscalize. Agora a nossa Sub Secretaria é de regularização. Existe já a Sub Secretaria
277 de Fiscalização. Essa Sub Secretaria vai ter representantes na regional de Divinópolis.



278 Para nós da SUPRAM restou apenas o acompanhamento de condicionantes.
279 Empreendimentos que são detentores de AAF não regularizados, somente agenda
280 verde, falta de regularização do recurso hídrico apenas, qualquer ato não vinculado ao
281 licenciamento não é mais de responsabilidade da SUPRAM. Para que nós demos
282 realmente conta desse passivo, nós contamos com a ajuda mesmo do Dr. Mauro para
283 divulgar para as demais promotorias, para que encaminhe esses pedidos de
284 fiscalização para o local correto que é a Diretoria de Atendimento as Denúncias do
285 Cidadão e Órgãos de Controle em Belo Horizonte que vai fazer o repasse dessas
286 denúncias para os representantes da fiscalização aqui em Divinópolis. Nós estamos
287 nesse momento, até mudando o layout do prédio, porque está vindo gente nova, vai
288 crescer a equipe da fiscalização e agora eles vão ter que nos ajudar com essas
289 demandas. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –
290 Comentou sobre a estrutura do estado em relação à fiscalização: “Eu acho positivo, eu
291 acho interessante criar um núcleo de fiscalização, principalmente regionalizado que já
292 se viu. O GCFAI foi uma experiência fracassada, esse negócio de centralizar a
293 fiscalização. Acho interessante ter uma porta de entrada para que o Estado possa fazer
294 o cadastro, fazer o acompanhamento de tudo isso. O Ministério Público vai estar
295 fomentando isso, mas eu vou fazer a ressalva, desde que esteja funcionando. Se
296 começar a não houver atendimento de demandas ou procrastinação ou centralização
297 em Belo Horizonte, nós não temos qualquer vinculação legal a obedecer essa estrutura.
298 Pela Lei de Ação Civil Pública nós podemos requisitar para qualquer servidor
299 diretamente do Estado que faça algo que esteja dentro da sua competência técnica,
300 inclusive, sobre pena de responsabilização. Nós vamos fazer o possível para que ela
301 seja atendida, mas se foi feito esse apelo para nós pelo direcionamento de requisições,
302 eu devolvo o apelo para que o Estado atenda a contento esse requerimento de
303 aquisições.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Fez um comentário sobre a
304 transição que ocorreu no Sul de Minas há alguns dias. “Nós temos sido muito positivos a
305 experiência de trabalhar com o IEF. Nós estamos recebendo realmente um passivo
306 muito grande, porém a equipe toda do IEF está motivada no sentido de nos apoiar e
307 resolver esse passivo. Sobre o que o Dr. Mauro falou, do direcionamento das demanda,
308 a entrada única tem o objetivo que é muito válido, que é conhecer toda a demanda do
309 Estado, porque até esse momento nós éramos demandados por várias entidades. O
310 próprio Ministério Público que copiava a mesma demanda para o IGAM, para a
311 FEAM, da SUPRAM. Isso gerava um transtorno muito grande internamente e com
312 respeito à competência. A Lei Delegada realmente estabeleceu uma competência de
313 atendimento às demandas desvinculadas de licenciamentos a essa Sub Secretaria.” -
314 Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Comentou sobre a visita na cidade de
315 Capitólio e estendeu o convite aos conselheiros. “Nós resolvemos fazer de uma forma
316 separada até por questão de estrutura mesmo para fazer a visita e tudo. Vocês podem
317 organizar uma data. É interesse do município em estar fazendo essas visitas. É uma
318 região muito bonita, muito rica ambientalmente. Nós temos que aproveitar a vontade
319 dos gestores públicos para estar ali protegendo o território que tem um potencial
320 turístico muito grande e um potencial ambiental. Fica, agora estendido o convite aos
321 conselheiros do COPAM. A intenção é mobilizar as autoridades, os técnicos e pessoas
322 no sentido de somar esforços e estar ali protegendo a região.” - **Item 4. Exame da Ata**
323 **da 79ª. RO de 18/08/2011.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
324 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou que fossem feitas algumas
325 correções na ata. “Na página 16 foi colocado que o representante do CBH Pará e nós



326 *representantes do Comitê de Bacias estamos representando é o Comitê do Entorno do*
327 *Reservatório de Três Marias. Eu pediria a correção. Linha 757. A linha 758 eu vou*
328 *corrigir aqui, porque como é uma fala do meu suplente. Escreveram contenção com s e*
329 *eu acho que ele não faria isso de jeito nenhum. Na página 25. Citam a CODERVASF*
330 *aqui. Linhas 1166 e 1172. A entidade, o órgão é CODEVASF. Gostaria que fosse*
331 *corrigido. Na página 27. Linha 1272. O Júlio se equivocou e disse que as medidas*
332 *mitigadoras são contra o museu. Ora, medida mitigadora só pode ser a favor. Eu*
333 *gostaria que fosse corrigido a bem do entendimento da ata. É a favor do museu.” –*
334 Luciano Junqueira – Presidente da URC – Não havendo mais considerações e acatadas
335 as solicitações do conselheiro, colocou a ata em votação e foi **APROVADA**. Informou
336 que seria feita a leitura dos processos a partir do item 8, pois, os demais eram retornos
337 de vistas ou baixa em diligência. Solicitou que na medida em que houvesse destaque
338 que fosse feita a manifestação pelos conselheiros. - **Item 8. Processo Administrativo**
339 **para exame de Adendo a Licença Prévia concomitante com a Licença de**
340 **Instalação: 8.1. Medina Construções e Empreendimentos Ltda. - Loteamento do**
341 **solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais - Capitólio/MG**
342 **- PA/Nº 13508/2005/001/2007 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque**
343 **SUPRAM e ABES. Item 9. Processo Administrativo para exame de Licença de**
344 **Instalação Corretiva: 9.1. Britamil - Brita, Concreto e Serviços de Engenharia**
345 **Ltda. - Usinas de produção de concreto comum - Arcos/MG - PA/Nº**
346 **00566/2010/001/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque**
347 **empreendedor que estava inscrito. Item 10. Processos Administrativos para exame de**
348 **Licença de Operação Corretiva: 10.1. Maximinas Tintas Ltda. - Fabricação de**
349 **tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes - Bom**
350 **Despacho/MG - PA/Nº 14638/2007/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram**
351 **ASF. - 10.2. Agropecuária Progresso Ltda. - Fazenda Progresso - Avicultura de**
352 **corte e reprodução - Moema/MG - PA/Nº 04885/2004/001/2010 - Classe 4 -**
353 **Apresentação: Supram ASF. Item 11. Processos Administrativos para exame de**
354 **Revalidação de Licença de Operação: 11.1. Esfera Estamparia de Ferro e Aço**
355 **Ltda. - Estamparia, funilaria e latoaria com ou sem tratamento químico**
356 **superficial - Itaúna/MG - PA/Nº 00079/2004/002/2011 - Classe 3 - Apresentação:**
357 **Supram ASF. - Destaque Comitê de Bacias. 11.2. Embalagens Plásticas Bom**
358 **Despacho Ltda. - Plastibom - Outras indústrias de transformação de**
359 **termoplásticos, não especificadas ou não classificadas - Bom Despacho/MG -**
360 **PA/Nº 01359/2003/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Luciano**
361 Junqueira – Presidente da URC – Destaque Comitê de Bacias. 11.3. **Horizonte Têxtil**
362 **Ltda. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com**
363 **acabamento exclusive tricô e crochê - Pará de Minas/MG - PA/Nº**
364 **00386/1997/007/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Vistas Ministério**
365 **Público e Vistas FIEMG. Colocou em votação os itens 9.1 Britamil, 10.1 Maximinas**
366 **Tintas Ltda. e 10.2 Progresso Agropecuária em votação e foram APROVADOS. Em**
367 **seguida retornou ao item 5 da pauta. Item 5. Processo Administrativo para exame de**
368 **Licença de Operação: 5.1. Companhia Siderúrgica Pitangui - Produção de**
369 **energia termelétrica - Pitangui/MG - PA/Nº 00011/1977/009/2007 - Classe 3 -**
370 **Apresentação: Supram ASF - RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Mauro**
371 **da Fonseca Ellovitch representante da PGJ e Deivid Lucas de Oliveira**
372 **representante da FIEMG. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério**
373 Público – Foi direto ao mérito do parecer. “*Diversas questões de adequações da*



374 legislação ambiental referentes à Companhia Siderúrgica Pitangui são objetos do
375 inquérito civil 00514.023.000018-6 com atuação das corregedorias regionais das
376 Promotorias de Meio Ambiente do Alto São Francisco e das Bacias dos Rios Verde
377 Grande e Par de Minas. Mencionado o procedimento investigatório que se encontra na
378 fase final é presidido pelo órgão de execução que a subscreve e pela Promotoria de
379 Justiça e Defesa do Meio Ambiente de Pitangui. É o reflexo prático da tríplice
380 responsabilidade do direito ambiental. É possível a atuação das esferas civil, penal e
381 administrativa a respeito de um mesmo fato. Apesar de independentes, os
382 procedimentos nas diversas esferas possuem relação íntima. Ante ao exposto, o
383 Ministério Público do Estado de Minas Gerais a fim de resguardar sua condição no
384 inquérito civil se abstém de manifestar sobre o mérito do presente procedimento.” –
385 Deivid Lucas de Oliveira – Representante FIEMG – Informou que o parecer da FIEMG
386 era de acordo com o parecer da SUPRAM. “Foi feita uma reunião entre FIEMG, o
387 empreendedor e o Ministério Público. Então, o relatório do Dr. Mauro já foi em comum
388 acordo com as três partes.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
389 Informou que não recebeu o parecer do Ministério Público. – Mauro da Fonseca
390 Ellovitch – Representante Ministério Público – Justificou a demora da entrega do
391 parecer: “Nós estávamos na discussão do inquérito civil. Eu só pude, devido inclusive
392 por culpa do empreendedor que pediu para que nós aguardássemos aquela reunião,
393 nós enviamos o parecer ontem. Já era para ter sido digitalizado e disponibilizado para
394 os senhores. Eu peço desculpas. Os senhores sabem que eu gosto geralmente, mantenho
395 o prazo, mas não tive como apresentar esse relatório antes. O posicionamento no
396 inquérito civil era fundamental para fundamentar o meu posicionamento nesses autos.”
397 – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Informou que tinha algumas
398 dúvidas que eram de caráter mais de aplicação legal. “Eu vou ler aqui o que está escrito
399 no parecer técnico e depois vou expor as minhas dúvidas. Está escrito assim. A
400 empresa em 02/02/2007 obteve a licença de instalação sem condicionantes a serem
401 cumpridas. Em 06/07/2007 a empresa conseguiu uma autorização provisória de
402 operação para operar a termelétrica. A empresa atualmente funciona por meio de
403 autorização provisória para operar desde junho de 2005. Conforme relatório de
404 vistoria verifica-se que o empreendimento foi instalado dentro da APP do Rio Pará.
405 Parece-me que é 100 metros de lá. O empreendimento, no caso a termelétrica, foi
406 instalado no pátio da Siderúrgica Pitangui cuja a área é antropicamente consolidada
407 conforme se verifica pela planta planialtimétrica datada em 01/08/91. As questões que
408 eu coloco são as seguintes. Podemos aprovar regularização antrópica consolidada em
409 APP incluindo a ampliação realizada em 2007, sendo que a Lei é de 2002 e previa só
410 retroativamente? Como podemos regularizar essa situação? Apesar de haver uma
411 alegação de que é utilidade pública, mas utilidade pública vai servir mais a empresa.
412 Em segundo momento, um excedente de energia poderia ser utilizado para
413 comercialização. Não sei se legalmente, seria até interessante ver a apresentação,
414 porque eu desconheço como que é o pátio e tudo, mas eu acho que regularização não se
415 autoriza nenhuma intervenção. Regulariza se propõe uma compensação e a partir daí
416 não há mais nada. Pelo menos é o que eu acho que a legislação prevê. Uma outra
417 questão que também é uma dúvida legal. É o seguinte. Lá diz que há um processo, um
418 auto de infração em dívida ativa. Está aqui o número dele de 2002. Eu fico com a
419 questão. Nós podemos votar um processo de empresa com dívida financeira junto ao
420 Estado? São essas duas perguntas. Por fim é. Eu posso aprovar uma intervenção em
421 APP e regularizar essa situação tendo em vista até como foram concedidas essas



422 *licenças, sem condicionantes, processo aprovado ad referendum e depois, podemos*
423 *votar em processo que tem pendência no Estado?” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
424 *Representante Ministério Público – Concordou com o conselheiro e informou que as*
425 *questões eram tão graves e que preferiu tratá-las no inquérito civil, porque teria*
426 *instrumentos melhores para atuar. “É por isso que eu não, eu estou me abstendo e*
427 *queria deixar registrado que essa minha abstenção de maneira nenhuma corresponde a*
428 *concordância. Corresponde ao fato de eu ter preferido atuar no inquérito civil que eu*
429 *tenho instrumentos mais incisivos, mas eu acho que são questionamentos muito*
430 *importantes. Eu queria ver eles respondidos.” – Paula – SUPRAM ASF – Informou que*
431 *teriam uma apresentação da revalidação que daria uma noção melhor de toda a área do*
432 *empreendimento. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
433 *Esclareceu ao conselheiro Francisco que a questão da intervenção para APP para*
434 *energia está prevista na legislação, na CONAMA 369 1 “b” e não seria só consolidação,*
435 *inclusive, a permissão para intervenção em APP para geração de energia. “Ela não faz*
436 *distinção... serviços públicos de geração de energia. Então, ela ceder parte da energia*
437 *para fins públicos ela já está contemplada pela norma. Infelizmente, ela foi feita dessa*
438 *maneira genérica, não tem a vedação. Desde que ela ceda parte da energia para*
439 *finalidade pública, ela está contemplada pela norma. É interessante ressaltar. Eu*
440 *pensei muito nisso também. Eu não escondo de ninguém. É posicionamento*
441 *institucional do Ministério Público. Nós não concordamos com consolidação pela Lei*
442 *Estadual. Eu acho que se fosse só o caso da 14.309 não concordaria, mas infelizmente*
443 *isso está englobado realmente na permissão da CONAMA 369.” – Luciano Junqueira –*
444 *Presidente da URC – Ressaltou que: “a dúvida do conselheiro vai além porque foi*
445 *regularizado como ocupação antrópica e o que o conselheiro relata é uma ampliação.*
446 *Toda a ocupação anterior a 2002 pode ser regularizada via ocupação antrópica,*
447 *porém, as novas intervenções são possíveis, são passíveis de autorização. São passíveis*
448 *de autorização. Em função da atividade, não da aplicação do uso da energia.” –*
449 *Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu ainda: “Nesse caso aqui, a ocupação antrópica*
450 *seria do início do empreendimento, antes da ampliação. A termelétrica, como o Dr.*
451 *Mauro disse, é a ampliação que é de utilidade pública e que é prevista na 369. Nem é*
452 *ocupação antrópica consolidada não. É previsão legal mesmo, que como ele bem disse,*
453 *não distingue entre público e fim da termelétrica. Com relação ao auto de infração. O*
454 *SISEMA procede, da dívida ativa o SISEMA procede da seguinte forma. Nós exigimos a*
455 *CND quando o empreendimento dá a entrada no processo para formalizar o processo.*
456 *O auto de infração é considerado para as revalidações no sentido de implicância em*
457 *diminuição de prazo de licença, por exemplo. Agora, o que nós conferimos mesmo para*
458 *trazer um processo para julgamento é o débito que o empreendedor tem vinculado ao*
459 *licenciamento. Que é o que diz a Resolução CONAMA 870. Se ele tiver débito de*
460 *licenciamento nós não trazemos, mas se ele tiver outros débitos com a dívida ativa não*
461 *há impedimento de trazer o processo para licença. Nós aplicamos a CND no início do*
462 *processo.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Esclarecidas as dúvidas colocou*
463 *em votação o parecer da SUPRAM registrando a abstenção do representante do*
464 *Ministério Público e do conselheiro representante da ABES e o processo foi*
465 **APROVADO** com as duas abstenções. - **Item 6. Processo Administrativo para**
466 **exame de Revalidação de Licença de Operação: 6.1. Companhia Siderúrgica**
467 **Pitangui - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de**
468 **minérios, inclusive ferro-gusa - Pitangui/MG - PA/Nº 00011/1977/011/2010 -**
469 **Classe 6 - Apresentação: Supram ASF - RETORNO DE VISTAS pelos**



470 **conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ e Deivid Lucas de**
471 **Oliveira representante da FIEMG.** – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
472 Ministério Público – Foi direto ao mérito do relatório. “*Diversas questões de adequação*
473 *a legislação ambiental referentes a esse empreendimento são objetos de inquérito civil*
474 *00514.023.000018-6 com a atuação corregedorias regionais do Alto São Francisco e*
475 *das Bacias dos Rios Verde Grande e Par de Minas. Dentre elas, a que mais merece*
476 *destaque e tem correlação direta com a revalidação da licença em foco é a forma de*
477 *requisição de insumos de carvão pelo empreendedor. Pelas informações reunidas do*
478 *âmbito do referido inquérito civil, bem como no âmbito de processo administrativo e*
479 *fiscais em curso do IBAMA e na Secretaria de Receita Estadual, existem veemente*
480 *indícios da prática de graves irregularidades envolvendo consumo de carvão vegetal*
481 *por parte da Companhia Siderúrgica Pitangui. Fato que importa significativos danos*
482 *aos interesses ambientais. A regularidade de suprimentos de matéria prima e insumos é*
483 *fundamental para a viabilidade ambiental de qualquer empreendimento. Não se pode*
484 *falar em uma siderúrgica ambientalmente adequada se ela contribui para o desmate*
485 *ilícito de vegetação nativa. Assim, faz-se necessária a imposição de medida para coibir*
486 *a aquisição ilegal de insumos. Uma vez que a Companhia Siderúrgica Pitangui foi*
487 *flagrada nas operações de Corcel Negro 2 e Diamante Negro além de responder a*
488 *ações penais pelos crimes do artigo 4.669 da Lei de Crimes Ambientais, devem ser*
489 *atribuídas condicionantes que dificultem a reiteração dessas práticas. Em casos como*
490 *do empreendimento em foco, tem-se adotado a obrigação de cumprir o regulamento*
491 *interno de compra de carvão. RICVV, contemplando práticas vinculantes para se*
492 *garantir maior lisura e transparência nas atividades de produção, transporte, comércio*
493 *e utilização de carvão vegetal nas atividades de siderurgias. Seguem em anexo um*
494 *modelo de RICVV a ser proposto para a Companhia Siderúrgica Pitangui. Acreditamos*
495 *que tal obrigação deve ser devidamente tratada no presente procedimento sem prejuízo*
496 *das demais obrigações de adequação e compensação que serão tratados no âmbito do*
497 *inquérito civil. Ante ao exposto, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais se*
498 *abstém de proferir voto quanto ao mérito do presente caso em virtude do estado de*
499 *investigações do inquérito civil em que o presente empreendimento é investigado e*
500 *requer a inclusão das seguintes condicionantes: Cumprir em sua inteireza o*
501 *regulamento interno de compra de carvão vegetal em anexo a esse parecer. Prazo: a*
502 *partir de 120 dias a contar da obtenção da revalidação da licença e durante toda a sua*
503 *vigência. Levar ao registro o regulamento interno de compra de carvão vegetal em*
504 *anexo a este parecer no cartório de títulos e documentos de Pitangui, como forma de*
505 *tornar inequivocamente públicas as suas obrigações. Prazo: 30 dias a contar da*
506 *obtenção da revalidação da licença. Também sugere a complementação das*
507 *condicionantes 7 e 16. 7. Apresentar solução técnica para elevação da eficiência do*
508 *sistema de tratamento de esgoto sanitário com o cronograma executivo e ART do*
509 *responsável técnico. Após a provação da SUPRAM executá-lo integralmente conforme*
510 *cronograma. Prazo: 30 dias. Condicionante 16. Apresentar solução técnica para*
511 *elevação da deficiência de despoeiramento da descarga de carvão com cronograma*
512 *executivo e ART do responsável técnico. Após a provação da SUPRAM executá-lo*
513 *integralmente conforme cronograma. Prazo 30 dias.” - Deivid Lucas de Oliveira –*
514 Representante FIEMG – Informou que o parecer da FIEMG continuava de acordo com
515 o parecer da SUPRAM. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério
516 Público – Pediu desculpas pela entrega do parecer em cima da hora. “*Nós não tivemos*
517 *outra condição de apresentá-lo antes. Principalmente um parecer que nem tem esse*



518 *complexo que envolve um regulamento de compra de carvão. Essa é uma prática que*
519 *vem sendo adotada para regularizar a ação de empreendimentos de siderurgias*
520 *flagrados em operações do IBAMA, do Ministério Público e que estabelece uma série*
521 *de procedimentos para regulamentar e controlar a origem da compra do carvão. Entre*
522 *eles, por exemplo, a instalação de tacógrafos nos caminhões que vão trazer para se*
523 *controlar efetivamente a origem. Um procedimento para a entrada para controle de*
524 *notas. É um procedimento complexo, mas eu acho que pela experiência nossa é o que*
525 *tem dado melhores resultados na regularização ambiental desses empreendimentos.*
526 *Porque eu não sei quanto aos senhores, mas eu estou cansado de nós virmos aqui e*
527 *aprovar medidas formais que na prática acabam fomentando ou permitindo*
528 *continuidade dessa compra ilícita de carvão. Se nós não adotarmos um sistema mais*
529 *restritivo e um controle mais efetivo de cada uma das etapas do recebimento, nós não*
530 *temos como passar da formalidade. O fato é que chega a carga de carvão e o*
531 *empreendedor nunca sabe de nada, sempre comprou. Ah eu não tenho culpa, não sei a*
532 *origem, não tenho o documento. Ainda mais que mesmo tendo. Não estou dizendo que*
533 *seja o caso desse empreendimento, mas de vários empreendimentos que recebem*
534 *cargas 3, 4 vezes com a mesma nota de carvão. Todos os senhores estão cansados de*
535 *conhecer a respeito disso. Só que eu reconheço também a complexidade do que nós*
536 *estamos submetendo para a votação dos senhores em cima da hora. Eu gostaria de*
537 *sugerir, se for do acordo de vocês, que vocês peçam essa baixa em diligência para a*
538 *equipe técnica da SUPRAM avaliar essa proposta de condicionante que eu apresentei,*
539 *fazer as considerações deles e os senhores votarem mais informados, porque eu não*
540 *quero ser acusado de ter surpreendido esse conselho com nada. Como é um*
541 *regulamento complexo, eu acho que não vejo óbice em tal medida, mas fica a critério*
542 *dos senhores.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –*
543 *Concordou com o posicionamento do conselheiro representante do Ministério Público e*
544 *sugeriu que o processo fosse baixado em diligência. “Porque falta fiscalização lá na*
545 *origem do carvão. Infelizmente, é que tem que tomar essas atitudes restritivas e que vai*
546 *acabar também abrangendo aqueles empresários sérios que respeitam. Infelizmente, eu*
547 *acho que a solução é essa do senhor.” – Roberto Soares Nogueira – Representante*
548 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Informou que gostaria de*
549 *sugerir as duas condicionantes propostas pelo conselheiro Mauro e solicitou*
550 *informações sobre o relatório técnico. “Primeiro fala que o responsável técnico pelos*
551 *estudos está desvinculado da empresa. Ora, ele se desvincula da empresa, mas dos*
552 *estudos ele é responsável, ele continua responsável. Está certo? O fato eu sei que ele*
553 *era responsável também pelo desempenho da empresa. Era o responsável técnico. Essa*
554 *função tem que ser e tem uma condicionante pedindo isso. No final do parágrafo*
555 *primeiro tem uma observação falando em o responsável pelo desempenho. Aqui no*
556 *caso, seria o responsável pelos estudos apresentados. É no final do parágrafo primeiro*
557 *do item I ponto alguma coisa. Outra coisa. No detalhamento da termelétrica, eu acho*
558 *que tem que ser corrigido um pequeno detalhe, que na segunda coluna, metros cúbicos*
559 *por hora, naquele montante que deveria ser dia. Então, está um número absurdo com*
560 *observação de metros cúbicos por hora. Eu acho que poderiam ser corrigidos*
561 *também.” – Deivid Lucas de Oliveira – Representante FIEMG – Sugeriu que o processo*
562 *fosse votado. “Eu sou contra a baixa em diligência. Até esclarecer aqui para o Dr.*
563 *Mauro o seguinte. Nós votemos esse processo. A empresa está de acordo com a*
564 *condicionante proposta. Agora, a questão do conselho entender melhor a questão do*
565 *regimento, eu sugiro que a SUPRAM traga uma apresentação para esclarecer melhor*



566 para o conselho na próxima reunião do que se trata. Espero não inviabilizar o
567 empreendimento, porque já está de acordo com a condicionante proposta que ele seja
568 votado da maneira que o Dr. Mauro propôs, sem essa necessidade de baixar em
569 diligência.” – Paula – SUPRAM ASF – Informou que iria sugerir a baixa em
570 diligência, uma vez que, não era um trabalho que a equipe da SUPRAM desenvolve
571 com tanta frequência como o licenciamento comum. “O que está sendo pedido é um
572 novo programa que nós até então não fazemos esse controle. Realmente, como o prazo
573 foi muito curto, nós não conseguimos avaliar o programa de forma detalhada para
574 poder manifestar alguma posição a respeito da inserção dessa condicionante, mas eu
575 entendo que se o conselho também quiser que nós analisemos e volte com uma
576 apresentação falando dessa condicionante falando na próxima reunião é possível que
577 nós façamos isso também. A minha manifestação seria pela baixa em diligência para
578 nós avaliar melhor a condicionante.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC-
579 Colocou em votação e o processo foi **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** - **Item 7.**
580 **Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 7.1. Carmense**
581 **Comercial Ltda. - Siderúrgica e elaboração de produtos siderúrgicos com redução**
582 **de minérios, inclusive ferro-gusa - Carmo da Mata/MG - PA/Nº**
583 **00230/1991/008/2008 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF - RETORNO DE**
584 **BAIXA EM DILIGÊNCIA.** – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu que: “Depois da
585 reunião de julho que o representante da empresa esteve aqui na reunião e pediu com
586 que nós avaliássemos, que fosse feita uma apresentação dos documentos e como era um
587 volume muito grande, nós pedimos que esses documentos fossem protocolizados na
588 SUPRAM para a nossa avaliação. Após a análise de toda a documentação apresentada,
589 a equipe técnica concluiu pela impossibilidade da revalidação dessa licença, uma vez
590 que os documentos apresentados, mesmo com os documentos apresentados não houve o
591 cumprimento das condicionantes conforme exposto no nosso adendo. Por isso, nós
592 mantemos a nossa posição pelo parecer do não, pela sugestão de indeferimento desse
593 processo. Nós analisamos. Como o empreendedor esteve na SUPRAM ontem. Eu falei,
594 em uma conversa com a equipe da SUPRAM, nós mostramos que foi feito todo um
595 empenho, considerando que realmente nós poderíamos ter deixado algum documento
596 para trás. Nós olhamos todos os protocolos que foram repassados. Verificamos
597 documento por documento de todos os itens que nos repassaram. Buscamos não só
598 dentro desse processo, mas em outros processos da Carmense, outros documentos que
599 pudessem agregar a análise do processo e mesmo assim nós vimos que algumas
600 condicionantes não foram cumpridas ou não foram cumpridas na frequência
601 estipulada. Nós colocamos algumas fotos no nosso adendo demonstrando a realidade
602 do empreendimento. No momento da nossa vistoria, o empreendedor questionou que as
603 medidas de controle foram feitas depois dessa vistoria. Pelas fotos, algumas delas
604 foram feitas realmente, mas o que nós tentamos demonstrar no nosso parecer foi a
605 realidade naquele momento, ou seja, a realidade no momento da revalidação. Como a
606 equipe da SUPRAM já trouxe algumas vezes aqui para o conselho, trata-se de uma
607 revalidação. Mesmo que o empreendedor tenha adotado todas as medidas de controle e
608 que seja possível o deferimento de uma licença de operação corretiva nesse momento,
609 uma revalidação nós estamos contando o histórico para trás. A nossa posição se
610 manteve na posição inicial do nosso parecer único.” – Luciano Junqueira – Presidente
611 da URC – Solicitou a correção na ata do item 7 - Processo Administrativo para Exame
612 de Revalidação de Licença de Operação. Solicitou esclarecimentos à equipe técnica da
613 SUPRAM. – Aline – SUPRAM ASF – “Ontem ao final da tarde os representantes da



614 empresa estiveram comigo na SUPRAM, conversando a respeito onde nós fizemos
615 todas as explicações. Inclusive, já colocadas pela Paula aqui, mas eles trouxeram um
616 relatório sobre as adequações que eles fizeram posteriormente a vistoria ocorrida na
617 SUPRAM e eu expliquei, obviamente, que é muito pertinente essa apresentação, essas
618 correções. Inclusive, no futuro, caso a empresa, caso o conselho entenda como
619 cancelar o parecer da SUPRAM, a empresa precisa correr atrás, porque ela tem os
620 funcionários para manter a operação. Eu expliquei que isso é muito válido daqui para
621 frente. Caso a empresa, queira apresentar essas fotos, uma vez que nós não constamos
622 elas nos nossos relatórios, eu gostaria que o Presidente abrisse para eles, para que eles
623 mostrem como é que está a situação. Embora, isso não mude o nosso parecer, que foi o
624 que eu deixei bem claro, mas que a partir de agora, eles demonstrando qualquer tipo de
625 compromisso como foi demonstrado no relatório, isso possa vir facilitar daqui para
626 frente.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Esclareceu aos conselheiros que
627 estavam analisando um processo de revalidação e a revalidação contemplava a análise
628 do processo durante a sua validade, durante a validade de licença de operação. –
629 Manoel Costa de Oliveira – Representante Empresa – Informou: “Tenho 80 anos. 55
630 anos de Carmense. Nunca desrespeitei Lei de forma alguma. Jamais farei. Portanto, eu
631 estou aqui. Peço aos senhores conselheiros que façam a visita in loco para constatar o
632 que realmente existe dentro da nossa empresa.” – Nara Chernon – Representante
633 Carmense – Solicitou que o processo fosse baixado em diligência. “Essas fotos são
634 antigas, como já expliquei para alguns conselheiros. Já teve a regularização e
635 protocolização do Ministério Público e FEAM no dia 20/12 que não foi analisado. Está
636 sem assinatura dos técnicos. É uma situação muito grave de indeferimento de licença
637 de operação. As questões que são levantadas de descumprimento de condicionante
638 alega CREA, ART, algumas coisas que nós temos lá em laudos de vistorias anteriores
639 que estavam cumpridas. Nós notamos que teve um pouco de falta de informação entre a
640 FEAM em Belo Horizonte que acompanhou todos os processos anteriores, todas as
641 licenças anteriores com essa revalidação. Eu peço que o processo seja baixado em
642 diligência para que seja esse documento analisado e colocado as fotos reais do
643 empreendimento com a correção, ou então, isso que o meu pai falou, para que todos
644 compareçam lá in loco para verificar a situação real da empresa.” – Mauro da
645 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Ressaltou que não havia
646 nenhum fundamento para baixar o processo em diligência. “Esse já é um retorno de
647 baixa em diligência. Como já foi amplamente explicado aqui. É uma avaliação de
648 desempenho ambiental da empresa nos últimos anos. No qual ela gozou da licença e
649 não vai ser qualquer visita in loco, a menos que alguém tenha a capacidade de no olho
650 aferir quanto de particulado que o empreendimento jogou na atmosfera nos últimos
651 anos possa fazer isso, não vai ter nada que possa acrescentar essa vistoria. Pelo menos,
652 para fins de revalidação de licença de operação corretiva. Como foi afirmado já nas
653 outras vezes. Eu estive in loco, quando a empresa ainda estava gozando da licença de
654 operação. Realmente, todas as inadequações que a SUPRAM falou no parecer eu pude
655 presenciar. Inclusive, as condições degradantes em que os funcionários da empresa
656 estavam trabalhando no dia. Ainda que a empresa tenha adequado agora, isso é motivo
657 não para justificação do desempenho ambiental da empresa, mas sim para talvez uma
658 posterior licença de operação corretiva. Como foi muito bem colocado aqui pela
659 Superintendente. Eu gostaria apenas de pedir aos senhores conselheiros o mínimo de
660 razoabilidade, uma vez que o parecer aqui da SUPRAM é mais do que incisivo no
661 sentido de impossibilidade de revalidação dessa licença de operação.” – Deivid Lucas



662 de Oliveira – Representante FIEMG – Registrou que na época ele solicitou a baixa em
663 diligência porque tinha dúvidas sobre processo e da falta de alguns documentos.
664 “Agora, realmente, a situação é complicada. O conselho já sabe disso, por se tratar de
665 uma revalidação de licença, mas nada impede a empresa de poder entrar com o
666 processo de licença de operação corretiva e estar cumprindo, para nós não sairmos
667 fora da legislação. É só para registrar mesmo, porque na época eu fiquei com muita
668 dúvida. Procurei a Paula. Conversei com a Paula, com a Aline. Enfim, vocês fizeram
669 toda uma reanálise do processo. Infelizmente, a situação é que, por se tratar de uma
670 revalidação, não tem condições de deferir o processo.” – Daniela – SUPAM ASF –
671 Esclareceu aos conselheiros: “Esse processo foi baixado em diligência justamente para
672 que nós avaliássemos alguns documentos que a empresa dizia que eram importantes e
673 que nós não havíamos reconsiderado. Eu mesma fui uma das que defendi a baixa para
674 mandar direito argumentos e ter o direito de defesa da empresa. Logo em seguida,
675 ainda houve um questionamento aqui nesse conselho, sobre local de protocolo, onde
676 poderia ser feito. Posto isso, passada a reunião, a empresa novamente fez o protocolo
677 de toda a documentação em Belo Horizonte, o que acabou por retardar a chegada no
678 Alto São Francisco, mas exerceu o seu direito. Nós nem trouxemos esse parecer para a
679 última pauta, justamente por causa desse atraso em relação a chegada desses
680 documentos. Chegaram para nós. Nós avaliamos documento por documento. Se a
681 empresa alegou por alguma razão que algo não foi analisado. Todos os documentos
682 foram conferidos pela equipe mesmo. Quanto a validade jurídica, lembro que o parecer
683 passou por todos os técnicos, porque foi anterior a qualquer movimento grevista,
684 anterior a questionamento de CREA. Apenas o adendo foi assinado, realmente, por mim
685 e pela Paula, mas como eu disse a vocês, nós convalidamos os atos da equipe técnica.
686 Eu ratifico enquanto servidora, enquanto ocupante de um cargo, enquanto possuidora
687 de fé pública que todos os documentos foram avaliados. Revalidação no ato pretérito.
688 Nós já repetimos isso inúmeras vezes aqui. Fotos novas, fatos novos não modificam o
689 que aconteceu da data de validade da licença de operação. Eu vejo que qualquer
690 tentativa de baixa em diligência ou de outro procedimento seria uma atitude
691 protelatória. Não trataria nada de novo. Nós apenas prorrogaríamos mais a situação
692 que do ponto de vista da SUPRAM já está esgotada mesmo. Nós avaliamos
693 detalhadamente esse processo e a situação dessa empresa.” – Não identificou – “O Dr.
694 Mauro alega que esteve na empresa, a licença já estava vencida e a revalidação foi
695 protocolizada em 2008. Quando o senhor esteve lá a licença já estava em processo de
696 revalidação. Com relação a questão da nulidade, a senhora assinou um parecer e o
697 processo foi baixado em diligência para verificação técnica e não jurídica de todos os
698 documentos. É um parecer muito sério de indeferimento, por isso nós estamos pedindo
699 a visita. O parecer, como o próprio Dr. Francisco da ABES pediu era para avaliação
700 técnica de toda a documentação. Com relação ao que a senhora falou, que a senhora
701 pediu os documentos que nós protocolizamos em Belo Horizonte. Não é verdade. Nós
702 protocolizamos em Belo Horizonte e em Divinópolis. Os protocolos estão comigo. Nós
703 notamos que está tendo uma dificuldade desses documentos, as vezes, não sei o que está
704 acontecendo, mas estão com os protocolos tanto na SUPRAM Regional tanto quanto em
705 Belo Horizonte.” – Daniela – SUPRAM ASF – Ratificando o seu esclarecimento: “O
706 parecer foi assinado por mim e pela Paula, Diretora Técnica, Bióloga, tem CRBio.
707 Quanto ao protocolo, realmente tiveram protocolos efetivados em Divinópolis e outros
708 em Belo Horizonte. O que apenas retardou a chegada e apenas retardou a trazida
709 mesmo, que nós trouxéssemos esse processo em julgamento. Ratifico que direito de



710 *protocolo em qualquer dos órgãos do SISEMA é um direito da empresa. Nós não*
711 *questionamentos, apenas estamos alertando que de certa forma procrastinou o*
712 *juízo. Uma nova baixa em diligência para esses fins, para a nova juntada de*
713 *documentos seria talvez um ato para que novos documentos fossem juntados fora da*
714 *circunscrição de Divinópolis e demora a chegada da equipe técnica.” – Diogo –*
715 *SUPRAM ASF – Sobre a questão da assinatura do parecer o técnico se posicionou: “Eu,*
716 *Diogo da Silva Magalhães assino ele agora se não foi assinado e assumo as minhas*
717 *responsabilidades técnicas.” – Jorge – SUPRAM ASF – Também se manifestou: “Eu*
718 *como engenheiro metalurgista eu chancelo o adendo que foi feito no parecer.” –*
719 *Luciano Junqueira – Presidente da URC – Informou que não havia motivos para baixa*
720 *em diligência do processo e colocou em votação o processo e foi **APROVADO***
721 *conforme parecer da SUPRAM, pelo indeferimento da revalidação da licença de*
722 *operação, com um voto contrário do conselheiro Camilo de Lélis. Solicitou que o*
723 *conselheiro justificasse o voto dele. – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
724 *FEDERAMINAS – Justificou o voto: “Senhor presidente, apesar da vitória que o Dr.*
725 *Mauro fez e muito diligente, da ação civil pública, que já está em curso. O meu*
726 *entendimento, que eu sempre manifestei aqui é o seguinte. Tem de haver uma*
727 *fiscalização por parte da SUPRAM. Se ela estivesse cumprindo a parte dela, se ela*
728 *tivesse feito essa fiscalização antes não tinha chegado nesse ponto. A siderúrgica hoje*
729 *está parada, mais uma meia dúzia de empregados que estão buscando emprego. Para*
730 *nós aqui do conselho não vai fazer diferença nenhuma, mas para essas famílias que já*
731 *estão lá com o alto-forno parado com certeza vai fazer diferença. É uma situação que*
732 *não precisava de chegar aonde chegou. Por falta de fiscalização e de inércia do*
733 *órgão.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Solicitou fazer a declaração*
734 *de voto: “Concordo com as preocupações do conselheiro Camilo e do conselheiro*
735 *Mauro, mas falar para a empresa, nesse momento, eu acho que foi a melhor posição*
736 *que esse conselho tomou. Uma vez que isso vem gerando desgaste, vem protelando e*
737 *talvez agora, a empresa adote um novo caminho e regularize a situação. Até mesmo*
738 *que o parecer único é muito enfático, fica difícil ir contra aquilo que está muito em*
739 *cima. Até mesmo, como que um conselheiro vai votar a favor de uma licença sem*
740 *condicionantes. Fica difícil. Vai tecer as condicionantes para a empresa aqui no*
741 *momento? Se o conselho decidir emitir essa licença para a empresa, essa revalidação?*
742 *Eu fico assim muito sem iniciativa nesse sentido. Eu acho que se arrastou muito tempo.*
743 *Acho que foi a melhor posição. Concordar com o conselheiro Edécio no sentido do*
744 *seguinte: esse é um típico exemplo da ineficiência do Estado com relação a*
745 *fiscalização.” - **Item 8. Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença***
746 ***Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1. Medina Construções e***
747 ***Empreendimentos Ltda. - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou***
748 ***predominantemente residenciais - Capitólio/MG - PA/Nº 13508/2005/001/2007 -***
749 ***APEF Nº 04126/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Daniela –***
750 *SUPRAM ASF – Informou que o adendo foi incluído com alguns erros no item controle*
751 *processual. – Elaine – SUPRAM ASF – Esclareceu sobre o adendo: “O parecer do*
752 *controle processual item 4, no terceiro parágrafo foi retificado para: verificou-se como*
753 *se o mesmo encontra-se o respaldo jurídico dentro dos incisos enumerados como de*
754 *baixo impacto no artigo 11 da Resolução 369. Foi acrescentado também os parágrafos*
755 *1º, 2º e 3º na citação do artigo 11. Foi acrescentado o parágrafo que eu passo a ler o*
756 *seguinte: Pela análise técnica a intervenção irá manter equilibrada a dinâmica das*
757 *populações vegetais e animais presentes na área de preservação permanente bem como*



758 não irá exceder a operação de percentual de 5% da APP. Neste sentido, recomendamos
759 autorização para intervenção em uma faixa com a largura de apenas 0,80 metros
760 realizada somente por limpeza da mesma sem a supressão de vegetação e que essa seja
761 marcada com o dispositivo limitador da largura a extensão dessa faixa. Ao final, no
762 último parágrafo, face ao exposto e sugere-se o deferimento do pedido do formulado
763 pelo empreendedor. Como conclusão, pelos motivos acima expostos no item 5, somos
764 pelo deferimento da autorização.” – Daniela – SUPRAM ASF – Pediu desculpas pelo
765 erro: “Assumimos a nossa mais absoluta responsabilidade trágica e é pelo deferimento.
766 Um erro grave. Eu peço desculpas para os conselheiros, mas é pelo deferimento.” –
767 Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Esclareceu que tendo em vista o erro
768 apresentado alguns conselheiros teriam que rever o posicionamento sobre o processo. –
769 Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Ressaltou que gostaria que de
770 contribuir no processo. “Quero dar sugestão. Quero que a coisa seja feita da melhor
771 forma possível. Eu não concordo com essa questão. É um local que onde a maior parte
772 das residências nem vai ter muros, cerca. Capitólio, região de Escarpas eu conheço
773 bem. Lá todo mundo convive na maior tranquilidade, não tem tanto conflito assim não.
774 Se fosse um loteamento para casa popular, alguma coisa assim. Um perfil de pessoas
775 um pouco diferentes até poderia concordar que isso poderia trazer conflito. Para o
776 perfil das pessoas que vão ocupar esses loteamentos, eu acho que é possível sim fazer
777 algumas intervenções com o intuito de atender uma demanda maior e com menor
778 impacto. Eu vou pedir vistas desse processo. Eu vou visitar o local e eu quero dar uma
779 contribuição no sentido de que, essa ia ser a minha última reunião aqui no COPAM. No
780 final da reunião eu estava até, ia até fazer um manifesto no sentido de nós estarmos
781 mudando de atividade, desse tipo de coisa. Eu peço vistas do processo.” – Wellington
782 Silveira – Representante SEAPA – Informou que iria se ausentar da reunião por ter
783 assumido outros compromissos. – Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu que quando
784 fosse apresentado o relatório de vistas do conselheiro Dirceu, a parte jurídica também
785 iria fazer a correção do controle processual. “Sinceras desculpas aos senhores e nós
786 trazemos na próxima reunião um adendo de acordo com o parecer técnico. Foi um
787 equívoco mesmo.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –
788 Também solicitou vistas em conjunto com o conselheiro Dirceu. – Edécio Ferreira –
789 Representante FAEMG – Também solicitou vistas em conjunto com os outros
790 conselheiros. – Marcos Veloso – Representante CREA – Informou que gostaria de
791 participar da visita ao local. – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Solicitou a
792 equipe técnica da SUPRAM que coordenasse a visita e comunicasse aos conselheiros a
793 data da realização. – Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu que o pedido de vistas não
794 contemplava uma visita da SUPRAM. Teria que ser uma baixa em diligência. “Como
795 foram pedidas vistas, nós vamos pedir para os conselheiros se organizem entre si, se
796 precisar de nós, da SUPRAM, para intermediar entre vocês nós estamos a disposição.
797 Nesse momento, eu falo isso até por falta de técnico mesmo para acompanhá-los na
798 visita. As vistas serão concedidas pelo Presidente e nós podemos fazer esse contato
799 entre vocês se necessário para agendar essa visita.” – **Item 11. Processos**
800 **Administrativos para exame de Revalidação de Licença de Operação: 11.1. Esfera**
801 **Estamparia de Ferro e Aço Ltda. - Estamparia, funilaria e latoaria com ou sem**
802 **tratamento químico superficial - Itaúna/MG - PA/Nº 00079/2004/002/2011 -**
803 **Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante
804 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou que fossem feitas
805 algumas correções no relatório técnico. “Inclusive, porque eu não sabia que havia uma



806 *evolução tão grande numa empresa lá da minha cidade e eu fiquei sabendo e isso me*
807 *dá um prazer enorme. O consumo de energia está em kWh, consumo kWh/Hora.*
808 *Gostaria que fosse corrigido. Outra coisa que eu gostaria que fosse corrigido é o*
809 *seguinte. Nas condicionantes tudo está na vigência do RADA. Ora, RADA não tem*
810 *vigência. É na vigência da licença. Eu gostaria que em todos que estivesse lá na*
811 *vigência do RADA, fosse. É naquela coluna do prazo, fosse mudado para vigência da*
812 *licença. RADA é apenas um documento apresentado ao órgão ambiental para*
813 *renovação de licença de operação. Ele não tem essa força de vigência. Outra coisa que*
814 *não está legal lá é no item 6. Pede horímetro no registro do SAAE. Ora, eu não sei para*
815 *que. Sinceramente, totalmente desnecessária. Esse horímetro no registro do SAAE, tudo*
816 *bem. Eu até quero corrigir a condicionante 4, que lá fala que o horímetro e o*
817 *hidrômetro têm que ser no local. Eu gostaria que fossem nas captações. No local é*
818 *muito subjetivo, é muito amplo. Está certo? Então, condicionante 4 é necessário que se*
819 *modifique. Também no 6. No item 6. Fala que horímetro e hidrômetro nas captações,*
820 *falam horímetro e hidrômetro no poço. São dois poços. Então, é preferível escrever*
821 *horímetro e hidrômetro nas captações. Então o relatório e o empreendedor ficaria*
822 *muito mais tranquilo na execução.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES*
823 *– Informou que no relatório não mencionava sobre um responsável técnico. “Não sei se*
824 *seria conveniente, se existe esse responsável técnico pela atividade, uma ART pelo*
825 *funcionamento do empreendimento.” – Paula – SUPRAM ASF – Respondeu que:*
826 *“Considerando, se nós formos usar o princípio da isonomia, que nós estamos pedindo*
827 *para todas as outras indústrias, principalmente indústria química ou qualquer outra*
828 *atividade que seja de cunho industrial, eu acho que é pertinente nós pedirmos.” –*
829 *Marcos Veloso – Representante CREA – Esclareceu alguns pontos sobre a exigência do*
830 *responsável técnico: “Eu tenho passado para o CREA para Belo Horizonte, todas essas*
831 *pautas para que fosse feito um estudo ligando a necessidade de responsável técnico*
832 *para os empreendimentos. Na realidade, há realmente duas fases. É a fase do estudo*
833 *que de um modo geral na maioria das vezes os próprios técnicos pedem e para o*
834 *funcionamento do empreendimento que é da responsabilidade do empreendimento. A*
835 *fiscalização do CREA vai atuar nisso, junto ao empreendedor no sentido de exigir*
836 *quando for necessário, mas eu gostaria que todos os conselheiros, companheiros aqui*
837 *sempre citassem algum caso, porque pode passar despercebido e nós temos a*
838 *necessidade de colocar os responsáveis técnicos em todas as áreas, mesmo porque é*
839 *uma forma juridicamente que o proprietário ou o empreendedor ter alguém para*
840 *responsabilizar por alguma falha que ocorra no investimento, no funcionamento e tudo*
841 *mais. Toda vez que tiver alguma dúvida é bem vinda a sugestão como o senhor propôs*
842 *aqui agora.” – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Acatadas as alterações*
843 *propostas pelo conselheiro Roberto representante do Comitê de Bacias e a proposta de*
844 *inclusão de condicionante sobre a apresentação do responsável técnico, colocou o*
845 *processo do item 11.1 Esfera Estamparia de Ferro e Aço Ltda em votação e foi*
846 **APROVADO.** Em seguida colocou em votação a proposta de inserção de condicionante
847 sobre apresentação de responsável técnico pela operação do empreendimento, no prazo
848 de 30 dias a partir da concessão da licença e foi **APROVADA.** – **Item 11.2.**
849 **Embalagens Plásticas Bom Despacho Ltda. - Plastibom - Outras indústrias de**
850 **transformação de termoplásticos, não especificadas ou não classificadas - Bom**
851 **Despacho/MG - PA/Nº 01359/2003/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram**
852 **ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da
853 Represa de Três Marias – Solicitou que fossem feitas algumas correções no relatório: “A



854 *mesma recomendação que eu fiz no caso das condicionantes, eu gostaria de fazer aqui*
855 *também. Elas todas estão se referindo vigência no prazo do RADA. É no prazo da*
856 *licença. Eu queria lembrar que o processo Horizonte Têxtil que está na frente, que é o*
857 *11.3. Ele fala na vigência do Rvlo. Rvlo é revalidação. Seria também interessante que*
858 *se mudasse, apesar do processo estar em vistas pedidas pelo Ministério Público, que*
859 *também se fizesse a correção e já viesse corrigido quando voltar para a nossa votação*
860 *aqui. Além disso, no caso do consumo de energia está lá kW/horas. É kWh só e pronto.*
861 *Não tem, não preciso botar no plural não. Condicionante 7 também, eu estou achando*
862 *ela totalmente desnecessária. Ela não tem razão de estar aí. Está certo? Uma outra*
863 *dúvida é o seguinte. No controle processual fala primeiro que a empresa teve um*
864 *desempenho satisfatório, então ela vai ter direito a 6 mais 2 anos. Logo na frente, no*
865 *epílogo do controle processual muda o papo e vira e fala assim: não, assim não,*
866 *concedemos 6 anos e tal. Eu quero saber qual das duas afirmativas está valendo.” –*
867 *Paula – SUPRAM ASF – Acatou a sugestão da equipe técnica da SUPRAM pela*
868 *manutenção do prazo da licença sem o acréscimo de 2 anos. – Daniela – SUPRAM*
869 *ASF – Retificou o parecer no controle processual. “O jurídico opina pela manutenção*
870 *do prazo em 6 anos.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do*
871 *Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou que fosse retirado tal parágrafo. –*
872 *Luciano Junqueira – Presidente da URC – Solicitou posicionamento da equipe da*
873 *SUPRAM sobre a concordância das alterações propostas pelo conselheiro Roberto,*
874 *inclusive, com a exclusão da condicionante número 7. – Shirley – SUPRAM ASF –*
875 *Respondeu que a equipe concordava com as alterações. – Luciano Junqueira –*
876 *Presidente da URC – Colocou em votação o parecer da SUPRAM do item 11.2 da*
877 *pauta, Embalagens Plásticas Bom Despacho e foi APROVADO. Em seguida colocou*
878 *em votação a exclusão da condicionante número 7 do item 11.2 e foi APROVADA. -*
879 **Item 11.3. Horizonte Têxtil Ltda. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras**
880 **naturais e sintéticas, com acabamento exclusivo tricô e creche - Pará de Minas/MG**
881 **- PA/Nº 00386/1997/007/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Luciano**
882 **Junqueira – Presidente da URC – Foi pedido vistas pelo Ministério Público e FIEMG. -**
883 **Item 12. Assuntos gerais. – Daniela – SUPRAM ASF – Solicitou correção na votação**
884 **da ata. “O conselheiro Roberto pediu para que constasse ao invés de Comitê do Rio**
885 **Pará que constasse Comitê de Três Marias, não é isso conselheiro? Isso. A Sara até me**
886 **advertiu aqui, muito bem advertida aqui que a reunião passada o senhor não esteve**
887 **presente. Então, na pauta constou o Comitê do Rio Pará que era o suplente do senhor.**
888 **Então, tem que ser mantida. Exatamente. É suplente. É a ONG dele que é suplente. Só**
889 **para registrar em ata que nesse item a pauta não poderá ser alterada porque o senhor**
890 **não estava presente e o suplente do senhor era o que realmente foi inscrito na pauta.” –**
891 **Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de**
892 **Três Marias – Informou que houve um equívoco: “Aqui na ata está colocando ele como**
893 **representante. Linha 13. Geraldo Marcos Faleiro, representante Comitê Três Marias.”**
894 **– Daniela – SUPRAM ASF – Informou que o correto é Comitê do Rio Pará e que iria**
895 **ser feita a correção. – Luciano Junqueira – Presidente da URC – Comentou sobre**
896 **algumas posições que são tomadas nas reuniões. “Às vezes, nós temos que tomar**
897 **posições que são duras. Principalmente quando nós falamos da condução da reunião e**
898 **do cumprimento do regimento. Posições essas que, às vezes, contrariam o que nós**
899 **pensamos, mas que a nossa função nos faz tomar.” – Aline – SUPRAM ASF –**
900 **Esclareceu alguns pontos sobre o movimento grevista dos servidores. “Eu procurei até**
901 **o momento não tomar nenhuma medida arbitrária ou qualquer, porque respeito eles**



902 *muito. Antes de ser Superintendente eu fui analista ambiental. Entrei como servidora no*
903 *mesmo concurso que eles. Eu procurei respeitar, mas a partir do momento em que vem*
904 *uma determinação do Secretário, obviamente essa determinação é em concordância*
905 *com o programa do Governo do Estado. Eu estou aqui para fazer cumprir essas*
906 *determinações quando eu assumi com ele esse cargo de confiança. Eu tenho um*
907 *compromisso que não é, é um compromisso ético e um compromisso profissional.*
908 *Assim como as dirigentes que trabalham comigo, mas o que eu queria registrar aqui é*
909 *isso que eu respeito muito, embora esteja aqui representando o Secretário de Estado e*
910 *assim como o Governo, tendo que fazer cumprir as determinações que de lá chegam até*
911 *nós.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains – Solicitou informações à equipe*
912 *técnica se uma rodovia estadual era considerada um empreendimento e se era passível*
913 *de licenciamento. – Paula – SUPRAM ASF – Respondeu que a implantação de estradas*
914 *e rodovias é passível de regularização sim. “Existe um código específico que é para,*
915 *existem dois relacionados à rodovia que é a implantação de rodovias e a pavimentação*
916 *ou melhoramento dessas rodovias. Por exemplo, a rodovia MG 050 é uma rodovia que*
917 *já está implementada. Quando ela foi fazer a duplicação, os melhoramentos, o código*
918 *que foi utilizado foi esse de pavimentação e melhoramento. Agora, por exemplo a BR*
919 *262 está lá. Se não houver nenhuma implantação, nenhum melhoramento ela não*
920 *precisa de regularização. Somente se houver a implantação de uma nova rodovia ou se*
921 *houver alguma obra de pavimentação e melhoramento dessa rodovia.” – Dirceu Costa*
922 *– Representante CODEMA Pains – Esclareceu que estava se referindo à rodovia MG*
923 *439, no município de Pains. “Eu já falei aqui várias vezes em reunião aqui que está*
924 *muito perigoso. É acidente sempre. Essa noite mesmo aconteceu um acidente entre uma*
925 *carreta e uma caminhonete onde a caminhonete pegou fogo, as pessoas ficaram*
926 *gravemente feridas. Eu venho falando sempre e nada acontece. As pessoas estão*
927 *morrendo sempre. Agora, vamos fazer o seguinte. Toda reunião do COPAM que houver*
928 *acidente naquele mês, se eu estiver aqui presente eu vou estar falando. Vocês podem ter*
929 *certeza, é acidente sempre ali. Muito perigoso, o local muito transitado. A rodovia não*
930 *tem acostamento. Tem algumas árvores de eucalipto, vamos dizer assim, centímetros da*
931 *pista de rolamento. Ali o veículo sai um pouquinho já bate na árvore de eucalipto. São*
932 *várias pessoas que já morreram e se não for tomado providências as pessoas vão*
933 *continuar morrendo, acidentando. É energia perdida, é derramamento de carga,*
934 *pessoas sendo feridas. Eu acho que nós temos que tomar providências com relação a*
935 *isso. O problema vai perdurar até um dia alguém resolver fazer alguma intervenção e*
936 *vir para o processo de licenciamento para discutir? Eu acho que não pode chegar a*
937 *esse ponto não.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
938 *Se mostrou preocupado com a situação apresentada pelo conselheiro Dirceu. “Eu não*
939 *sabia que não é feito licenciamento de operação corretiva para esses empreendimentos.*
940 *Então, não tem licença de operação corretiva, revalidação, nada? O que já está*
941 *implantado não tem qualquer tipo de controle?” – Daniela – SUPRAM ASF –*
942 *Respondeu que entendia que todas as etapas da licença deviam ser feitas, não só a*
943 *implantação, as corretivas, as revalidações atuariam normais. – Mauro da Fonseca*
944 *Ellovitch – Representante Ministério Público – Informou que iria fazer um estudo e iria*
945 *encaminhar uma recomendação para o Secretário para que ele convocasse todas as*
946 *rodovias ao licenciamento. – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu alguns pontos: “Não*
947 *é uma praxe ser feita a LOC de rodovias que já estejam implantadas, mas nós podemos*
948 *fazer também uma consulta à Diretoria Técnica Normativa e trazer para o conselho na*
949 *próxima reunião. É um procedimento que realmente, talvez o pessoal que está mais*



950 tempo no Estado. Eu nunca vi convocação de rodovia para regularizar através de
951 LOC.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Apresentou algumas reclamações
952 de moradores que margeiam a MG-050, em São Sebastião do Oeste. “Reclamaram que
953 a Nascente das Gerais fez as valas de drenagem no acostamento da pista, só que na
954 retiraram dessas valas para as propriedades particulares e não houve uma
955 continuidade do recebimento dessas águas de chuvas. Está provocando erosões,
956 acarreamento de materiais sólidos para dentro de algumas propriedades. Eu queria
957 saber se a empresa, a concessionária tem a obrigação de fazer essas valas de drenagem
958 só dentro da área de responsabilidade dela ou ela teria que dar continuidade nesse
959 escoamento dessa área de uma forma correta até que essa água infiltre no solo.” –
960 Luciano Junqueira – Presidente da URC – Respondeu que a empresa tem de fazer a
961 coleta e depois a destinação final da drenagem pluvial. “Não só na área de servidão,
962 mas de modo que não gere nenhum tipo de foco erosivo ou impacto ambiental. Não
963 sendo em rodovia licenciada pela SUPRAM, o que eu sugiro aos senhores e solicito que
964 o faça, é que nos encaminhe por meio de ofício uma denúncia para que nós possamos
965 acionar sim o DNIT ou DER ou a própria concessionária.” – Não identificou –
966 Ressaltou que esse é questionamento que ele fez desde os primeiros licenciamentos da
967 MG 050, da Nascente das Gerais. “Tem na condicionante que eles são obrigados a
968 fazer as barraginhas. Inclusive, eu fui criticado aqui porque estava pedindo
969 barraginhas para rodovia. O conselheiro Dirceu, inclusive, trouxe foto mostrando
970 aonde que sai o escoamento dessas águas. Não tem critério nenhum. Não tem
971 fiscalização. Acho que o núcleo nosso pode fazer essa fiscalização, porque consta nas
972 condicionantes. Realmente, é um absurdo o que essa Nascente das Gerais faz com essas
973 águas. Não tem critério nenhum. Está causando assoreamento. Professor Francisco
974 está preocupado com 92 trilhas. Daqui até o final da MG 050, inclusive passando pela
975 aquela região do loteamento tem é milhares de escoamentos. Tudo a Deus dará. Nós
976 temos hora que ficamos preocupados mesmo.” – Deivid Lucas de Oliveira –
977 Representante FIEMG – Informou sobre a participação dele num grupo de trabalho
978 sobre a elaboração de uma DN sobre outorga coletiva. “Hoje no Estado já são 53
979 pontos de indisponibilidade hídrica. Um desses pontos está bem próximo aqui que é
980 Nova Serrana. Na última reunião, nós fizemos a reunião na segunda-feira e ficou
981 acertado que algumas SUPRAM’s seriam convocadas a participar desse grupo de
982 trabalho. Parece que a Sul de Minas já está, a Noroeste, enfim, eu acho interessante
983 alguém da SUPRAM estar participando desse grupo de trabalho por se tratar de
984 atender a região centro-oeste em alguns pontos onde há essa disponibilidade. Então
985 fica aqui a possibilidade, Paula, de vocês participarem. Eu acho válido a SUPRAM do
986 Alto São Francisco estar participando desse grupo que já está com previsão dessa DN
987 ser publicada no final de Novembro ou Dezembro.” – Daniela – SUPRAM ASF –
988 Esclareceu aos conselheiros que esses grupos de trabalhos já são criados pela DN. “A
989 própria SUPRAM que compõe o grupo de trabalho, até para nós montarmos um grupo
990 de trabalho eu sugiro que você solicite a Diretoria Técnica Normativa que nos inclua
991 por norma. É assim que eles fazem.” – Dirceu Costa – Representante CODEMA Pains –
992 Informou ao conselheiro representante do Ministério Público sobre a Rodovia MG-170.
993 “A rodovia, também ali na região de Pains, ela corta os limites da Gruta do Éden. Uma
994 gruta de extrema relevância. Inclusive, já aconteceu diversos acidentes dentro da área
995 de influência direto da gruta. Eu estou tentando aqui me recordar, mas uns 5, 6
996 acidentes foram com veículos de carga. Graças a Deus não foi veículo de carga
997 perigosa, mas esses veículos passam lá também a menos de 200 metros da gruta. Eu



998 *acho que essas rodovias têm que trazer o que o processo de licenciamento. Os técnicos*
999 *da SUPRAM tem que ir lá, tem que analisar, tem que ter medida mitigadora, tem que*
1000 *ter medida compensatória, tem que ter medida de controle ambiental. Na rodovia MG*
1001 *439 têm vários processos erosivos em nascentes devido à drenagem de águas que são*
1002 *lançadas de qualquer forma em terreno de terceiros. Trazem prejuízos para terceiros e*
1003 *para o Meio Ambiente.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Fez uma*
1004 *ressalva sobre a prestação de serviço dos bombeiros em rodovias terceirizadas. “Existe*
1005 *um agravante também do corpo de bombeiros dos municípios, porque existe um*
1006 *contrato do Estado com os bombeiros que os bombeiros dos municípios mais próximos*
1007 *é que vão atender as necessidades da rodovia. Mesmo com uma situação dessas em*
1008 *alguns municípios com efetivo baixo e, às vezes, até questão de veículo, de repente*
1009 *esses bombeiros vão sair do município para atender necessidade da BR terceirizada,*
1010 *muita das vezes o município fica desprotegido. Se acontecer uma emergência igual*
1011 *acontece nesse período de inverno, o município está desprotegido porque os bombeiros*
1012 *estão atendendo a empresa terceirizada. Eu acho isso uma injustiça muito grande,*
1013 *porque em primeiro lugar é a população local daquele município. A empresa teria que*
1014 *ter todo esse corpo de segurança técnica para poder atender a BR. Eu acho injustiça*
1015 *esse contrato que o Estado fez com a BR, com a concessionária.” – Luciano Junqueira*
1016 *– Presidente da URC – Sugeriu ao conselheiro representante do Ministério Público,*
1017 *mediante ao estudo que ele vai providenciar, que sejam apontadas, não só a questão*
1018 *ambiental, mas também de segurança e responsabilidade. – Mauro da Fonseca Ellovitch*
1019 *– Representante Ministério Público – Respondeu que o procedimento dele no conselho*
1020 *era na área ambiental, mas que iria encaminhar uma representação para a promotoria*
1021 *competente pela questão de patrimônio público e segurança para que também*
1022 *desenvolvam estudos paralelos para medidas de controle. – Camilo de Lélis André Melo*
1023 *– Representante FEDERAMINAS – Sugeriu incluir no estudo a ferrovia por ser um*
1024 *problema no município de Divinópolis. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*
1025 *Ministério Público – Respondeu que iria instaurar um inquérito civil. “Nesse inquérito*
1026 *civil eu vou colher informações de quanto aqui dentro da minha área de atribuição que*
1027 *é o centro oeste. Quanto às rodovias eu posso estar incluindo as ferrovias. Existem,*
1028 *quantas estão licenciadas e que tipo de controle que é feito em relação a elas. As que*
1029 *não tiverem qualquer tipo de licenciamento, nem que seja o corretivo, vou recomendar*
1030 *ao Estado que convoquem elas para o licenciamento e nós possamos analisar uma por*
1031 *uma aqui nesse conselho. Em relação às questões de segurança eu vou encaminhar*
1032 *para a Promotoria competente. Infelizmente, não é a minha área de atribuição.” –*
1033 *Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou que fosse registrado o descaso*
1034 *com o Parque da Ilha em Divinópolis. “Nós tivemos a oportunidade, diversos*
1035 *conselheiros, após a última reunião, de conhecer o Parque da Ilha. Eu gostaria de*
1036 *deixar registrado aqui que o descaso maior do Parque da Ilha é por parte do Poder*
1037 *Público, da Prefeitura. O que foi feito lá, que nós vimos in loco a retirada de água da*
1038 *pista de caminhada é um crime. É um crime em todos os sentidos, porque aquela erosão*
1039 *que está ocorrendo lá no que nós vimos lá, foi provocada especificamente por aquelas*
1040 *saídas de águas mal feitas. A pista está praticamente no barranco do rio em alguns*
1041 *locais. Nós tivemos a oportunidade de olhar o canal de saída da usina. No canal de*
1042 *saída da usina, aparentemente ele está todo protegido. Agora, quando você pega a*
1043 *calha do rio, descendo ali no fundo da Cooperativa, não é isso Camilo? Você está*
1044 *doido. Aquilo lá é brincadeira. Eu gostaria que gerasse daqui uma recomendação para*
1045 *que a Prefeitura arque com as suas responsabilidades com relação ao Parque da Ilha.*



1046 *Ou então, fecha aquele parque de carrapato que está lá.” – Camilo de Lélis André*
1047 *Melo – Representante FEDERAMINAS – Concordou com o posicionamento do*
1048 *conselheiro Edécio. “Eu fiquei abismado. Principalmente, quando aquele ecologista*
1049 *teve aqui falando da deterioração do rio ali naquela região, eu fui nessa visita*
1050 *desanimado, mas por outro lado eu fiquei satisfeito porque eu vi que o empreendedor*
1051 *que eu estava achando que estava errado, não estava muito errado não. Ele estava*
1052 *fazendo o dever de casa dele. Agora, quando você vai ver a parte do município, nada*
1053 *está sendo feito. Isso, realmente, o Dr. Mauro esteve lá. Ele viu. É um absurdo.*
1054 *Inclusive, para a saúde nossa.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de*
1055 *Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou que fosse feito um convite a*
1056 *pedido do conselheiro Lucélio Assunção. “O conselheiro Lucélio encaminhou, acho que*
1057 *para todos nós e os que não receberam estou falando para dar a informação, um*
1058 *convite para aquele Circuito CEMIG de Arborização Urbana. Se tem uma coisa que é*
1059 *feita horrivelmente em praticamente todas as localidades é plantio de árvores. Esse*
1060 *circuito, aqui em Divinópolis já teve a etapa. Eu tentei me inscrever e não consegui.*
1061 *Pasmem, eu falei que ia para ficar em pé lá assistir a coisa e a funcionária da CEMIG*
1062 *falou: não pode ir não. O Corpo de Bombeiros não permite. Eu perdi a etapa*
1063 *Divinópolis. Vai ter dia 27 na sede da CEMIG, na Avenida Barbacena, no auditório o*
1064 *circuito Etapa Belo Horizonte. Eu mandei um e-mail tentando me inscrever. Vou torcer*
1065 *para conseguir me inscrever dessa vez. Os que tiverem interesse. Eu acho que é uma*
1066 *coisa que realmente precisa de orientação. Está sendo feita barbaridades em matéria*
1067 *de arborização urbana. Árvores inadequadas, árvores em locais inadequados e também*
1068 *falta de árvores. Então, fica o convite. O e-mail do Lucélio foi para mim e eu acredito*
1069 *que tenha ido para todos os conselheiros. É uma oportunidade muito boa. Quem*
1070 *participou aqui em Divinópolis gostou muito.” – Luciano Junqueira – Presidente da*
1071 *URC – Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou a reunião.*

1072
1073
1074
1075
1076

Augusto Henrique Lio Horta
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco